

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Mariana Aguiar de Araújo

**DE GUARITAS À MILITARIZAÇÃO: OS ENRELACES ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E PRIVADA NA  
ZONA SUL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dr. Marcelo da Silveira Campos

Juiz de Fora  
2025

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Mariana Aguiar de Araújo**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202372042A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DE GUARITAS À MILITARIZAÇÃO: OS ENTRELAÇOS ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E PRIVADA NA ZONA SUL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**, desenvolvido durante o período de 28/04/2025 a 15/08/2025 sob a orientação de Marcelo da Silveira Campos, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 15 de agosto de 2025.

---

**Mariana Aguiar de Araújo**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

# DE GUARITAS À MILITARIZAÇÃO: OS ENTRELACES ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E PRIVADA NA ZONA SUL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Mariana Aguiar de Araújo<sup>1</sup>

## RESUMO

O trabalho investiga a permanência e expansão das guaritas de vigilância privada em logradouros públicos da Zona Sul do Rio de Janeiro, em um período que vai da década de 1990 até os dias atuais, levando em consideração as configurações de dispositivos de militarização e securitização, com especial ênfase naqueles que articulam iniciativa pública e privada. Tem-se por objetivo dar um primeiro passo para a compreensão de tais empreitadas, com a finalidade de substanciar e justificar uma futura pesquisa empírica sobre o entrelaçamento entre segurança pública, iniciativa privada e seus efeitos nas dinâmicas urbanas locais. Para tal efeito, será realizada uma revisão bibliográfica composta por livros e artigos científicos que versam sobre temas como desvio, estigma, neoliberalismo, militarização, milicianização, securitização, disputas territoriais e simbólicas pelo direito ao uso da cidade. Espera-se que seja possível justificar a hipótese que prevê que há uma tendência de aumento na contratação desse tipo de serviço seguindo uma lógica do lucro a partir da insegurança.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dispositivos de segurança. Controle social. Militarização. Securitização. Políticas de segurança.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de um questionamento sobre a necessidade e longevidade de guaritas e outros mecanismos de cerramento de barreiras e checkpoints privados em logradouros públicos, financiadas e mantidas por moradores, comerciantes e empresários, presentes em quase todos os bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A escolha pelo tema se deu por eu ter crescido na área e vivenciado uma parte do processo, além de, como criança de classe média, ter sido “beneficiada” pela implantação de uma guarita com cancela na rua em que cresci, vivendo apenas um lado do conflito e lógica de guerra que a cidade, através da qual a cidade passou a operar a partir dos anos 1990. É importante ressaltar que a premissa de uma guerra, de violências sem limites, noticiada ostensivamente na mídia à época, causava um impacto simbólico no imaginário de crianças e adolescentes de classe média, assustados, tementes por suas vidas, mas alheios às vidas de outras milhares de pessoas das camadas pobres, moradores de favelas, que passavam por uma estigmatização sem precedentes, cujas vidas eram consideradas descartáveis.

A Zona Sul do Rio de Janeiro compreende 18 bairros, e, embora os bairros da orla tomarem para si o protagonismo e privilégio de representarem a região, por quase todos os bairros dessa região da cidade, moradores, comerciantes e empresas passaram a contratar serviços de segurança privada, instalados em diversos logradouros públicos - a grande maioria seguindo o modelo de guaritas - para “proteger” suas vidas, propriedades e garantir maior sensação de segurança em meio à “guerra”. Como resultado disso, disposta a pagar, parte da classe média demarcava para si o direito de uso daqueles territórios, ainda que em escala muito diminuta em comparação à cidade, medidas que acabaram valorizando imóveis e foram sendo reproduzidas em quantidade, espraiando-se para além da região.

Ao fazer um levantamento da literatura sobre o assunto, evidenciou-se que as questões sociais fomentadoras da adesão a esses tipos de dispositivo de segurança privada, estão imbricadas a um contexto muito mais amplo, complexo e longo, envolvendo gestão da violência, inseridas em um contexto global, fomentado pela lógica capitalista neoliberal. Desta maneira, entende-se que será proveitoso para esse breve trabalho realizar uma revisão bibliográfica que aborda desde conceitos clássicos de sociologia urbana - como os estudos sobre desvio, de Howard Becker, e o par estabelecidos/outsideiros, proposto por Norbert Elias - assim como artigos que indicam a capilarização de uma lógica militarizada que unem segurança pública e privada na disputa pelo controle dos territórios urbanos, a partir de Leite, Hirata, Grillo, Minhoto, Camargos, Santos, Polycarpo e Machado.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Marcelo da Silveira Campos.

Minha hipótese é que dispositivos de fechamento de logradouros públicos continuarão existindo e se integrarão ainda mais organicamente aos programas de segurança de parceria público-privada, com adesão a novas tecnologias de controle, devido à constante busca das camadas médias por sensação de segurança, visto que alguns artigos que abordarei ao longo deste trabalho indicam uma tendência à continuação e intensificação de uma lógica de militarização e expansão e fortalecimento de empresas de segurança privada, sob a lógica do capitalismo neoliberal.

Para tal, iniciarei mobilizando conceitos que colaboram para a compreensão dos fenômenos sociais presentes na cidade, seguido de um panorama da forma como foi sendo construída uma “cidade partida” ao longo da década de 1990, e como um grupo estabeleceu um discurso que criminaliza a pobreza. Em um segundo momento, serão expostos pontos de vista que apontam dois pontos de mudança no padrão de policiamento empregado na cidade do Rio de Janeiro até a preparação para recepcionar grandes eventos, as consequências deixadas pelas políticas de segurança pública aplicadas à época, além da transformação das disputas territoriais advindas de tal modelo, em meio a uma grave crise fiscal do estado. Por fim, serão abordados estudos de casos que envolvem modelos de segurança pública em conjunto com a iniciativa privada, e como eles são recebidos tanto pelas camadas médias e como operam de forma a oprimir e criminalizar a camada mais frágil e vitimizada por tais empreitadas.

Meu objetivo é dar um primeiro passo para a compreensão de um problema bastante complexo, cheio de nuances, que não tenho pretensão nem autoridade de me aprofundar, embora tenha buscado trazer minha compreensão a partir do estudo da literatura a seguir.

## **IMPOSIÇÃO DE REGRAS, ROTULAÇÃO, E CONSTRUÇÃO DE ESTIGMAS**

Os sociólogos Howard Becker e Norbert Elias, em “*Outsiders: estudos de sociologia do desvio*” e “*Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*”, respectivamente, criaram conceitos sociológicos que ajudam a melhor perceber e definir situações sociais onde há um processo de imposição de regras que favorecem um determinado grupo em relação a indivíduos e/ou grupos, a partir de um procedimento que envolve rotulação e ditames sobre o que é “certo” e o que é “errado”, qual grupo é “melhor” e qual é “pior”. Embora publicados com poucos anos de diferença, baseados em estudos de casos distintos, tanto Becker quanto Elias utilizam o termo *outsiders*, embora um tanto diferente uma vez que os autores mobilizam os conceitos de maneiras distintas, pois têm abordagens sociológicas diferentes. No entanto, tanto o estudo sobre desvio quanto o de estigmatização de grupos são proveitosos para o debate sobre violência e segurança pública nas cidades.

Para Howard Becker, *outsider* é, *grosso modo*, alguém que infringe regras impostas por um determinado grupo social e, portanto, a pessoa, ao não se enquadrar, é encarada como desviante. No entanto, a abordagem de Becker é inovadora porque não se atém a compreender que só um determinado grupo, homogêneo e dominante, está apto a tentar impor suas regras. Ao contrário, o autor esclarece que, na sociedade (em um sentido mais genérico), diversos grupos criam regras diferentes e há um grande número delas, sendo que nem todas têm forma de lei e, assim, não necessariamente contam com o poder da polícia do Estado para impô-las. Isto posto, seu interesse é compreender como regras, legais ou informais, operam de forma efetiva no seio de um determinado grupo, pois é a partir da percepção e aceitação de uma acusação de desvio, que uma ou mais pessoas “tornam-se” desviantes. De acordo com o próprio autor, “desvio não é uma qualidade do ato (...), mas uma consequência da aplicação por outros” (BECKER, 2021). Somente quanto a rotulação é aplicada com sucesso, em um processo criado socialmente, a condição de desvio é definida e o sujeito é considerado um *outsider*, ainda que este mesmo questione a legitimidade do grupo que o acusa.

Um ponto importante levantado por Becker refere-se ao fato de que existem fatores de ordem política e econômica a serem levados em conta nesse jogo de imposição, exemplificando que a classe média traça regras para a classe baixa obedecer. Apesar de as regras não serem cimentadas e universalmente aceitas, são objeto de conflitos e divergências, embora:

Diferenças na capacidade de fazer regras e aplicá-las a outras pessoas são essencialmente diferenciais de poder (seja legal ou extralegal). Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em

poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros.

É, também, importante considerar em como explicar a imposição de uma regra, uma vez que, para Becker, não é possível invocar "um grupo abstrato sempre vigilante", mas sim um "empreendimento", com iniciativa de punir o desviante. Para tal feito, aquele que age para tal feito precisa levar "a infração à atenção do público", pois esta não pode ser ignorada quando exposta. Um outro fator a ser considerado na equação são os interesses de quem toma a iniciativa no processo de acusação. Em ambientes urbanos, embora haja uma tendência de atitude reservada, há mudança de postura quando a vida do cidadão é diretamente afetada - algo que poderá ser observado em casos empíricos apresentados posteriormente neste trabalho.

A sociologia beckeriana não está preocupada em estabelecer pares sociais opostos em sociedades complexas, pois existem diversos subgrupos que operam com criação e imposição de regras em graus distintos, mas, como seu livro é, sobretudo, um estudo sobre desvio, e, apesar de perceber que alguns comportamentos têm um grau de maior gravidade para um maior número de pessoas em determinada sociedade, podendo até, como ele cita - vir a justificar exceções na aplicação de punições mais severas por parte de agentes da polícia.

No caso de "Os estabelecidos e os *outsiders*", do sociólogo alemão Norbert Elias, há uma clara relação de interdependência entre o grupo estabelecido (*established*) e os *outsiders* (neste caso, um grupo de pessoas que vivem em uma área nova da cidade), uma vez que para o primeiro grupo tomar para si a superioridade humana que julgam possuir, é preciso a existência de um grupo "inferior", de forma a se tornarem um par social. O autor chega a diversas conclusões a partir de seu trabalho de campo realizado em uma pequena cidade operária no interior da Inglaterra, onde os habitantes pertencem a uma mesma classe econômica e etnia, além de trabalharem no mesmo lugar. No entanto, há uma clara divisão social e territorial na cidade, uma vez que o grupo estabelecido no local há mais de duas gerações isola aqueles que chegaram na cidade posteriormente, especialmente através de um intenso e eficaz processo de estigmatização, cujo efeito acaba por enaltecer o próprio grupo e manter o outro inferiorizado.

Essa "sociodinâmica" da estigmatização interessa Elias, pois ele acredita que esta tem capacidade de ser generalizada a esferas macro, podendo inclusive ser aplicada na compreensão de relações entre países. Assim, ao estudar a pequena cidade inglesa, foi possível compreender certos padrões, principalmente quando o rótulo de inferioridade era aceito pelo grupo de *outsiders*, garantindo ao *establishment* o poder e a manutenção de sua coesão social.

Um dos instrumentos mais poderosos na construção de estigmas e controle social associado, segundo a percepção do sociólogo alemão, diz respeito à existência de uma rede fofocas, a partir da qual o grupo de moradores estabelecidos enaltece a si próprio, com características humanas superiores, através de fofocas elogiosas (*praise gossip*) e aciona, constantemente, o uso de fofocas difamatórias (*blame gossip*) para atribuir falhas no grupo adversário. Ainda que as difamações sejam relacionadas a apenas uma pessoa do outro grupo, o estigma recai sobre todos, que, por sua vez, sentem-se envergonhados e submetem-se a uma concordância silenciosa à condição inferior impingida ao grupo do qual fazem parte. Sobre o carisma grupal reivindicado pelo grupo já estabelecido, o autor afirma que:

Não apenas ajudava a definir as fronteiras entre os que pertenciam ao grupo e os que não faziam parte dele, como exercia também a função de uma arma que mantinha à distância os *outsiders*, que ajudava a preservar a pureza e a integridade do grupo.

Elias elabora uma generalização em esfera macro a partir do que percebeu a partir de seu trabalho de campo, pois acredita haver um padrão que ocorre em maior escala e que pode ser percebido, de forma ainda mais "tensa e virulenta", em relações ainda mais longevas, podendo envolver nações, classes, raça, entre outras categorias que podem ser consideradas *outsiders*. Além disso, há uma questão de identidade coletiva a ser levada em consideração, uma vez que o autor afirma que um indivíduo não cresce sem essa base na construção de sua identidade individual, fator que propicia a internalização e manutenção de noções de superioridade ou inferioridade ao longo do tempo.

Portanto, tanto o conceito de "desviantes" quanto o de "estigmatizados" contribuem para a compreensão da condição de "indesejados" atribuída e reforçada às pessoas e grupos moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro no decorrer das últimas décadas.

## DE “CIDADE MARAVILHOSA” À “CIDADE PARTIDA”

A última década do século XX é importante não apenas marca temporalmente o início de instalações de guaritas e outras formas fechamentos de logradouros públicos na Zona Sul carioca, mas também passa a importar diversas políticas neoliberais de combate à violência, especialmente de países do norte global. Logo, além de uma revisão meramente histórica, é uma forma de compreender as mudanças ocorridas ao longo dos anos 90, que fizeram a cidade do Rio de Janeiro adquirir o perfil de uma cidade violenta.

Em artigo publicado no ano 2000, a socióloga Márcia Leite examina como um cenário repleto de casos de violência, altamente publicizados pela mídia, tanto em esfera local quanto nacional, passou a gerar disputas entre perspectivas diferentes do que deveria ser feito para enfrentar os problemas da violência urbana e como isso deveria ser implementado.

Primeiramente, é importante pontuar que, de fato, a incidência de criminalidade se tornou muito flagrante a partir da época, mas só se tornou uma “questão social” quando a violência se espalhou abertamente por bairros da Zona Sul da cidade. À época, o jornalista Zuenir Ventura cunhou o termo “Cidade Partida”, que passou a ser amplamente utilizado pela mídia, criando uma separação irreconciliável, a cisão favela-asfalto. Reforçaram-se ligações simbólicas que “territorializavam a pobreza e a marginalidade nas favelas cariocas” (LEITE, 2000). Além disso, a dinâmica do crime havia mudado: conflitos armados entre facções criminosas rivais ligadas ao tráfico, constante trocas de tiros entre polícia e integrantes do tráfico reforçava a ideia de que um “mal” se apropriara da cidade e que as políticas de segurança pública eram ineficientes para proteger e garantir a segurança de “cidadãos de bem”. Assim, a “cultura do medo” criou uma “classe perigosa”, redefinindo a sociabilidade e cerrando barreiras: a cidade, em especial a Zona Sul, encheu-se de portões, guaritas, seguranças e vigias de iniciativa privada, bancados por moradores, comerciantes e empresas que se sentiam vítimas de um estado de guerra, alimentado pela mídia, em nível local e nacional.

Em outro artigo de sua autoria, publicado em 2012, Leite reafirma que as mudanças das modalidades de violência, contribuiu para a criação de um discurso de “guerra de todos contra todos”, citando, também, como arrastões, sequestros, assaltos à mão armada, tiroteios (com incidência de “balas perdidas”), chacinas, rebeliões em presídios, fechamento do comércio e serviços, entre outras ocorrências mais corriqueiras, passaram a aterrorizar o imaginário do “asfalto”. A partir da lógica de guerra e do medo, medidas de segurança pública que permitiram mudanças no padrão de policiamento, permitindo que agentes do Estado irem além do limite de comedimento estabelecidos por lei, quando

atribui ao agente policial “na ponta” a prerrogativa de decidir quando, como e contra quem agir de forma extralegal, em um movimento discricionário que não se submete à lei, ou melhor, que embaralha o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo e que é dependente das avaliações e julgamentos individuais do agente, fortemente influenciado pelo contexto da ação e, neste sentido, pelos preconceitos associados à estigmatização das favelas e de seus moradores (LEITE, 2012).

Como resultado, ao excluir a ilicitude desse tipo conduta dos agentes em registros de mortes perpetradas por eles próprios, são encobertas e justificadas execuções, borrando o a fronteira entre legal e ilegal, e tornando ininputáveis agentes policiais, mantendo assim uma narrativa de existência de guerra a ser vencida.

A partir dessa visão, uma parcela da população aderiu a uma postura particularista e intolerante, passaram a questionar os direitos à cidadania de moradores de favela, e, para além disso, o direito à vida de criminosos, alegando convivência do sistema prisional e de justiça, que estaria dando mordomias e proteção a “bandidos”, uma vez que, quando presos, estariam vivendo “sem trabalhar e às custas do contribuinte”. A parcela da população que adotou essa postura punitivista e repressora rejeitava a importância dos direitos humanos para aqueles que ameaçavam as vidas e as propriedades dos “verdadeiros cidadãos”, apontando dedos, levantando suas vozes e defendendo regimes de exceção e uso de violência de forma arbitrária, com a justificativa de uma guerra que se expressava de forma material, e cujas raízes simbólicas se expressavam nas oposições entre “nós e outros”, “morro e asfalto, traficantes e trabalhadores, favelados e cidadão”. No tocante à territorialização, o direito aos espaços públicos não se prestavam mais à totalidade da população, uma vez que não era possível uma convivência entre desiguais.

Por outro lado, o artigo aponta que essa não era a única corrente de pensamento à época, e que, a partir da segunda metade da década de 1990, ganharam forças propostas de pacificação, por meio de soluções democráticas, cujas propostas visavam desde à “domesticação da polícia” à integração de moradores das favelas à cidade, por meio de educação em noções de cidadania através de projetos voltados especialmente para a juventude. Essa perspectiva abriu uma disputa pela legitimidade do discurso em torno da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, atravessada não apenas simbolismos, mas afetando diretamente embates políticos e econômicos, e as demais esferas do poder, tendo sido criadas iniciativas de parte da sociedade civil programas como o “Viva Rio”, como proposta de conciliação.

## **MILITARIZAÇÃO, MILICIANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO**

Nesta seção são mobilizados alguns dos diversos conceitos que foram se desenvolvendo a partir dos anos 2000 e que fazem parte do crescente léxico das pesquisas sobre segurança e criminalidade. No caso deste trabalho, serão enfatizados os mais ligados à cidade do Rio de Janeiro, especialmente a partir da preparação da cidade para receber grandes eventos (Copa do Mundo FIFA de 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016) até questões enfrentadas nos dias atuais, como o fortalecimento das milícias. Não pretendo dar conta de descrevê-los, nem em totalidade nem em profundidade, pois, para tal, precisaria de trabalhos específicos para cada um, tamanha é a complexidade das questões relacionadas a segurança, violência, criminalidade e gestão da ordem pública nessa cidade, totalmente permeada por dinâmicas globalizadas, que envolvem enorme quantidade de capital operacionalizado em zonas de guerra, e sendo exportados para cidades assoladas por conflitos de segurança pública.

Dessa forma, além-se, aqui, a descrever processos que indicam a existência de uma sistematização da violência, que colabora para a manutenção de políticas de militarização lucrativas, ampliação de mercados ilegais ou legais e reconfiguração de territórios urbanos.

A lógica militarizada de gestão da lei e da ordem pública já não era desconhecida pela cidade do Rio de Janeiro, uma vez que, como vimos a partir do panorama apresentado na seção anterior, ao tentar conter as ondas de violência na cidade durante a década de 1990, foram realizadas diversas operações violentas de “Garantia de Lei e Ordem” (GLO), previstas na Constituição Federal de 1988, que previa situações em que as Forças Armadas pudessem ser convocadas em situações de urgência, caso houvesse ameaça à ordem pública. Segundo Grillo, Hirata e Telles, tal lógica foi atualizada e se reconfigurou em alinhamento às características do “urbanismo militar” (GRAHAM, 2010).

O projeto das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) passou a ser implementado a partir de 2008, sob a justificativa de retomar territórios dominados por facções criminosas, embora Hirata, Grillo e Telles apontem para uma necessidade de garantir segurança com a finalidade de atrair grandes investimentos, especialmente visando as possibilidades da cidade do Rio de Janeiro em sediar megaeventos. Dessa forma, já se pode perceber uma empreitada ambiciosa em busca de lucros em escala global. Foram comprados pacotes de segurança internacionais, utilizando, majoritariamente recursos e fundos públicos, que os autores afirmam terem se tornado, em si, um grande negócio.

Os primeiros cinco anos das UPPs garantiram uma certa estabilidade no policiamento de áreas consideradas “de risco”. Os índices criminais caíram e os resultados positivos foram amplamente divulgados na mídia. Tanto moradores de favelas, especialistas em segurança e pesquisadores, embora estes últimos levantam questionamento sobre se tratar de “pacificação” ou controle e conformação da população das áreas “pacificadas” (LEITE, 2012). Todo o sucesso, passou a atrair significativas doações da iniciativa privada de empresas que iam desde a Coca-Cola à CBF. Também a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e a Federação de Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio/RJ) realizaram projetos de capacitação, formação e desenvolvimento de “incubadoras de microempresas”, como parte de um dos braços do projeto, denominado UPP Social. Hirata, Grillo e Telles, mais uma vez, destacam o atrativo econômico a partir de uma política de segurança pública, desta vez em busca de novos mercados. Prestadores de serviço passaram a emitir contas, que garantiam a moradores das favelas a abrir contas bancárias, obter crédito; uma financeirização de tais áreas, que passaram a ser consideradas terrenos férteis para a “cultura do empreendedorismo”. No entanto, apesar das potencialidades, ficou evidente a “produção de uma subjetividade neoliberal”, construindo “indivíduos-empresas e o primado da concorrência” nas relações sociais.

Por outro lado, a área da cidade foi a mais impactada pela recepção dos megaeventos, em três direções: fortalecimento de centralidades já existentes, revitalização de áreas centrais decadentes (com o

projeto do Porto Maravilha) e a criação de uma nova centralidade na Zona Oeste da cidade, área com potencial de expansão imobiliária. Nesta última, foi uma aposta certa, pois a infraestrutura da Cidade Olímpica e o investimento em acessibilidade de transporte público e privado. Conforme os autores, esses fatores foram capazes de impulsionar e valorizar o "metro quadrado", alcançando o patamar de mais caro do Brasil, sendo um crescimento desejado por bancos de investimentos (ainda que pouco admitida em público) desde a instalação das UPPs. A (re)valorização das centralidades já existentes, especialmente em bairros da Zona Sul, aconteceu em paralelo com as chamadas "remoções brancas" - mudança de moradores das favelas para outras áreas, em busca de preços mais acessíveis para viver - e as remoções forçadas, realizadas por uso da força policial para desalojar moradores.

Não menos importante, há uma outra força operando na conjuntura de expansão mercadológica: as milícias. Todos os artigos analisados neste trabalho, em algum ponto, levantam o papel de relevância que as milícias passaram a tomar na reconfiguração territorial urbana da cidade do Rio de Janeiro. Há um consenso sobre a importância das UPPs no processo de "milicianização" da cidade: as áreas onde foram instaladas as unidades (salvo uma exceção) eram territórios comandados sobretudo pela facção criminosa Comando Vermelho, ligada ao narcotráfico. As franjas da cidade eram terrenos férteis, pois estavam às margens do policiamento intensivo, que se encontrava concentrado nas áreas pacificadas. As milícias são redes parapoliciais, herdeiras dos Esquadrões da Morte, cuja formação é "composta por agentes policiais tanto da ativa quanto da reserva, com associação a grupos políticos-partidários" e representação legítima, com influência e legitimidade política cada vez maior (tanto em âmbito municipal, estadual e federal). Tais grupos passaram a explorar, ilegalmente, mercados de transportes, serviços, proteção (entre outros), além de agenciar negócios altamente lucrativos nos negócios imobiliários em circuitos ilegais de terras ocupadas.

Em 2013, as UPPs passaram a dar sinais evidentes de declínio, com o narcotráfico voltando a entrar em conflito com a polícia militar, em disputa por seus antigos territórios. Além disso, foram-se intensificando denúncias de abuso de poder, uma série de práticas ilegais e crimes perpetrados por policiais, o que foi desestabilizando o apoio da opinião pública às UPPs. Além disso, a crise fiscal que assolou o estado do Rio de Janeiro foi responsável pela retirada de recursos, diminuição de efetivo e esvaziamento de legitimidade. No entanto, é inegável que as UPPs tenham deixado um "legado" que consiste em

dispositivos de segurança implementados nesse período que terão continuidade nos anos seguintes, solidamente inseridos no globalizado circuito bélico, proporcionando a implementação de tecnologias e experimentos de centralização militar do comando e controle de operações (HIRATA, GRILLO e TELLES, 2023).

A crise fiscal deflagrada a partir de 2014 trouxe contornos ainda mais dramáticos para a cidade do Rio de Janeiro: sucateamento de serviços públicos, atrasos no pagamentos de salários, fechamento ou privatização de setores estratégicos, além de alto índice de desemprego. O efeito deste último foi responsável pela expansão de mercados informais, vendedores ambulantes e agravamento dos níveis de pobreza e elevando os níveis de criminalidade, especialmente de roubos de caminhões de carga e arrastões de roubo nas áreas nobres.

No início de 2018, o então presidente Michel Temer, assinou um decreto autorizando a Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, a ser realizada de fevereiro a dezembro do mesmo ano, que passava às Forças Armadas o controle de toda a estrutura de Segurança Pública do Estado, com o objetivo de pôr fim ao comprometimento da ordem pública. À época, a mídia já vinha alardeando ostensivamente uma espécie de caos urbano, promovendo pânico, dramatizando roubos e arrastões, de forma a justificar um chamado por "lei e ordem". No entanto, também foi anunciada uma intervenção financeira para recuperação fiscal de cifras bilionárias, com o aval do grupo francês Paribas e outras privatizações de serviços públicos, em especial o da companhia de abastecimento de águas do Estado do Rio de Janeiro. Pode-se notar o uso da deterioração dos serviços públicos e urbanos como "janelas de oportunidades" para negócios. A mesma expressão foi usada pelo General Braga Netto, chefe da Intervenção Federal, em coletiva de imprensa, só que, no último caso, a "janela" era para garantir a ordem. As expressões usadas pelo General eram jargões usados por empresários, gestores e economistas neoliberais, mas, no caso, aplicados à uma lógica militarizada.

Os pesquisadores Laurindo Minhoto, Pedro Camargos e Eduardo Santos, em artigo de 2024, também articulam a Intervenção Federal a uma noção de gestão neoliberal, militarização e milicianização. Para esses autores, a partir de todos os discursos de autoridades ligadas ao Gabinete da Intervenção Federal (GIF), fica evidente que a militarização acontece dentro de um modelo empresarial neoliberal, com técnicas implementadas

com eixos gerenciais, metas de *performance* e apresentação de relatórios de resultados, que justificaram o uso da força e aparato do Estado para obtenção de lucros, tanto pela nova conformação de mercados de proteção e incorporação constante de diferentes mercados nas fronteiras entre legal e ilegal.

Além disso, do ponto de vista jurídico-legal, o processo de militarização também foi importando técnicas praticadas tanto no norte quanto no sul global. Ao longo das últimas décadas, o aprisionamento passou a ser aplicado a setores inteiros da população. Na cidade do Rio de Janeiro, os jovens negros, pobres e favelados são o principal alvo da política de encarceramento. Além disso, Minhoto, Camargos e Santos, também apontam para uma alta rotatividade de encarceramento (“prende e solta”) através de apreensões de pessoas indesejáveis no espaço da cidade “legítima”.

No âmbito do combate ao tráfico e às drogas, o encarceramento já adquire aplicação de leis mais rígidas, que impõem penas mais severas após três condenações. Nessas políticas também estão incluídas a introdução de “sentenças mandatórias e determinadas, que limitam a discricionariedade dos juizes na análise de casos concretos”, de modo a permitir o direcionamento para maior tempo de pena, aumento do uso de prisão e garantias processuais enfraquecidas.

Na produção do encarceramento em massa, muitas das novas estratégias de controle da conduta encontram, na gestão dos espaços urbanos, justamente as condições para a ativação de uma lógica de securitização de espaços que se põe, cada vez mais, em termos de monitoramento de riscos, policialização de condutas e eficiência sistêmica (MINHOTO, CAMARGOS e SANTOS, 2024).

Em contextos como o da cidade do Rio de Janeiro, a raiz do encarceramento está diretamente ligada ao urbanismo militar, adotando-se práticas “hiperpunitivistas” sempre buscando gerir a população urbana, de modo a proteger “cidadãos de bem” e punir “desviantes”. O modelo não é estático, pois há períodos mais brandos e outros mais duros na intervenção corpórea direta. Independentemente da dinâmica aplicada, apesar de também passarem por alguns ajustes, a produção de verdade e subjetividades que criminaliza os indesejáveis não parece prescrever.

## **PROGRAMAS DE PARCERIA PÚBLICO E PRIVADA SOB PERSPECTIVAS EM OPOSIÇÃO**

Nesta seção, serão apresentados estudos de caso relacionados a programas privados, financiados por atores com poder econômico, em concordância com o poder público: o Segurança Presente. Em um primeiro momento, será revisado o artigo de Márcia Leite e José Amílcar de Castro, publicado em 2024 na revista *Teoria e Cultura*, que foca na trajetória de uma moradora de uma favela na região da Tijuca, bairro de classe média da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Em um segundo momento, o foco será invertido para a perspectiva das camadas médias dos bairros Copacabana e Leme, região que também conta com a presença do programa.

O projeto Segurança Presente foi criado a partir de um contrato inicial de dois anos, a ser bancado pela Fecomércio/RJ em convênio com a Secretaria de Estado do governo estadual. Anunciado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), em 2015. Tal programa não se faz vinculado institucionalmente às políticas de segurança pública, partindo da sociedade civil organizada e de setores empresariais. O objetivo do programa é, em teoria, combater pequenos delitos e cooperar na manutenção da segurança pública em locais estratégicos, com um quadro de policiais militares da ativa (em dias de folga) e da reserva e agentes civis egressos das Forças Armadas (POLYCARPO, 2019).

Sua justificativa prática é um desagrado por parte do empresariado e camadas médias pelo “descaso” com o policiamento voltado para bairros e áreas de comércio intenso, criando pressão para políticas voltadas para os anseios por segurança do “asfalto”, controlando o tráfego de “indesejáveis”, categoria que engloba moradores de favelas e periferias, usuários de crack ou outras drogas, ambulantes, pessoas em situação de rua, entre outros (LEITE e CASTRO, 2024).

É nesse contexto que a socióloga Márcia Leite e o historiador José Amílcar de Castro realizaram um trabalho de campo acompanhando a trajetória de uma moradora de favela, buscando ganhar a vida nas ruas da Grande Tijuca, através de seu trabalho, que envolve vender balas, conseguir restos de feira e pedir doações na porta de estabelecimentos comerciais. Com a finalidade de resguardar sua identidade, os autores se referem a ela como Vitória, e ao acompanhar sua rotina, conseguem estabelecer delimitações de fronteiras, imposições

de checkpoints em algumas áreas, sarqueamento discriminatório, apreensão irregular de menores, configurando uma série de ilegalismos correntes praticados por agentes a serviço do programa.

Os bairros que sediam o Segurança Presente adotam nomes que maquiam a presença de um aparato de segurança, como é o caso do Tijuca Presente, que atende a região da Grande Tijuca. Assim, quem tem o direito de transitar pelas ruas do Rio de Janeiro, certamente nota diversas versões do programa, que atualizou sua parceria com a prefeitura e outros órgãos atuantes em sua ação: polícia militar, polícia civil, guarda municipal, diversas secretarias municipais, o Centro de Operações Rio (COR) e o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) do estado. Segundo Polycarpo (2019), a coordenação é um fator central para a efetividade do programa, pois mobiliza múltiplos elementos e agencia diversos “atores heterogêneos para construí-la de mantê-la”. O programa é permeado por ilegalismos, pois faz uso de agentes do Estado com a finalidade de realizar serviços de interesses privados, o que viola a premissa legal de universalidade da segurança pública. Os interesses de quem patrocina são atendidos, promovendo práticas de higienismo social nos bairros atendidos.

Com a presença de um aparato tão articulado e a clara diretriz higienista, corpos de pessoas como Vitória são alvo preferenciais de condutas abusivas por agentes do Segurança Presente. Ela é negra, excessivamente magra, já está na meia idade, usa roupas rotas e costuma circular pelas ruas com seus filhos (características que servem para rotulá-la como “cracuda”), realizando seu trabalho, que lhe garante o sustento dia após dia, pois não há segurança para pessoas como ela. Pela lógica do “asfalto”, sua atividade não constitui trabalho, mas algo análogo à mendicância. Para além de toda a precariedade que permeia sua vida, a interlocutora é foragida do sistema de justiça, tendo saído do presídio em regime semiaberto e não retornado conforme estipulado por lei. Por tal motivo, ela usa “documentos sujos” e encontra-se impossibilitada de buscar emprego formal ou ter acesso a políticas públicas sociais. O que lhe resta é viver na informalidade, dotada de um “saber circulatório” que a permite transitar pelas ruas tentando evitar as abordagens abusivas dos agentes do Tijuca Presente. A saber, ela conhece os pontos em que há posicionamentos fixos de agentes, como imediações de lotéricas, bancos e grandes estabelecimentos comerciais, indicadores da natureza patrimonial priorizada pela gestão do programa.

Em 2022 o programa já contava com trinta e duas bases na área que compreende a área metropolitana do Grande Rio e já tinha bases no interior, demonstrando que o governo estadual passou a investir massivos recursos financeiros no Segurança Presente. Embora utilize o argumento de defesa e expansão baseado no “combate ao crime”, na prática, o programa é configurado como “segurança de shopping”, cujo objetivo é atender os interesses dos financiadores privados e manter as ruas e espaços públicos livres de indesejáveis, mesmo que adotem práticas irregulares, como detenção irregular de menores, criminalização de pobres urbanos, tentando criminalizar indivíduos que transitam com seus filhos com a acusação de exploração de menores, apelando para uma fresta que permite manipular o estatuto 35 do ECA e justificar mais ilegalismos.

Apesar de ter passado quatro anos circulando pelas ruas dos bairros da região, sendo vigiada e escapando da “rede sobreposta de agentes legais e ilegais” que operam o Tijuca Presente, Vitória acabou sendo apreendida em 2023. Permaneceu presa sob a acusação de aliciamento de menores, mas teve sua liberdade concedida assim que foi transferida para o presídio de Bangu, a partir de uma ação da Defensoria Pública.

Enquanto as trajetórias dos indesejáveis urbanos colocam-os na condição de *outsiders*, os moradores das classes médias estabelecidas são um dos pilares de apoio de programas como o Segurança Presente, que figuram como barreiras que os faz sentir mais seguros e respeitados em suas condições de “cidadão do bem”, “defensores da ordem” e toda uma gama de rótulos laudatórios que a socióloga Clara Polycarpo vem estudando ao frequentar o Comitê Comunitário de Segurança dos bairros Copacabana e Leme (CCSCL). Sua pesquisa não está ligada unicamente ao Segurança Presente, mas ao contrário, busca compreender o papel da sociedade civil organizada na construção do “novo urbanismo militar” (GRAHAM, 2010) no pós-UPPs. Para isso, também é importante fazer um levantamento de como e com qual influência os CCSs colaboraram para a criação desse tipo de programa, pois já mobilizavam, desde a crise das UPPs, a noção de que o “inimigo urbano” estaria novamente ameaçando a ordem pública e, consequentemente, aumentando a sensação de insegurança de moradores de bairros “nobres” fronteiriços com favelas.

O CCS é um órgão criado, ainda no século XX, com o objetivo de promover a segurança pública em nível local, estabelecendo relações entre polícia e comunidade. Arelado a um novo modelo de gestão integrada a partir de Áreas de Integração de Segurança Pública (AISP), cujo principal objetivo é compatibilizar geograficamente regiões de atuação da polícia, delimitando melhor as responsabilidades e o desempenho dos gestores da segurança pública em cada área que correspondia a um batalhão da polícia

militar. Como se pode perceber, a racionalidade empresarial de maximização neoliberal na segurança já estava sendo implementada desde o século passado.

Nos bairros Copacabana e Leme, o conselho foi oficializado em 2006 e passou a contar com reuniões mensais desde então. No início, os moradores da favela do Cantagalo também frequentavam a reunião, uma vez que os encontros aconteciam lá. No entanto, isso mudou quando foram implantadas as UPPs: as reuniões passaram a acontecer no auditório do batalhão militar correspondendo à AISP da região, o que significou uma separação completa entre os frequentadores da CCSCL, com um perfil que passou a ser de pessoas brancas, de idade entre 30 e 60 anos, moradores, comerciantes e representantes de redes de hotel da região. Assim, as demandas feitas nas reuniões não buscavam atender apenas o interesse dos moradores, mas também de empresas que se sentiam lesadas pela falta de sensação de segurança nessa área. Outro ponto importante são as constantes queixas relacionadas à ordem pública, em especial o aumento de moradores de rua, presença de camelôs e de moradores de periferia que frequentam as praias nos fins de semana. Alguns moradores passaram a apontar que já não se tratavam mais de “problemas” de ordem pública, mas de segurança pública, reconfigurando a imagem dos inimigos urbanos, desta vez, muito próximos aos moradores.

A presença de moradores de rua na Zona Sul do Rio de Janeiro fez com que esse debate voltasse a questionar a legitimidade da cidadania e do “direito à cidade” (POLYCARPO, 2021). Havia quem sustentasse o envio dessas pessoas à favela, quem simplesmente pedisse sua remoção compulsória, pois costumam permanecer próximos a portas de bancos, lojas e praças pedindo dinheiro, sendo considerados “chatos e insistentes”. Nesse ponto, não fica difícil perceber a ligação entre a imagem que os moradores de bairros de classe média e alta têm de pessoas como Vitória, que, apesar de não ser moradora de rua, sofre o mesmo processo de rotulação.

A região Copacabana e Leme já haviam sido “bairro-piloto” do programa Rio+Seguro, criado pela Prefeitura do Rio, sob a gestão de Marcelo Crivella. Era composto pela Guarda Municipal, mas não chegou a ter o mesmo efeito e sucesso que o programa Segurança Presente. Desde a criação deste último, os frequentadores das reuniões do CCSCL, já estavam demandando por iniciativas exatamente como as do programa em questão. Como os custos de patrocínio de um programa desse porte em uma área de mais complexidade de gestão, os próprios frequentadores passaram a articular possibilidades de patrocínio com a Rede d’Or de hospitais, que tem um hospital (Copa d’Or) no bairro.

Quando o Copacabana Presente teve sua base instalada, em 2020, os moradores comemoram muito nas reuniões do CCSCL. Isso significava, para eles, sensação de segurança e de retomada do espaço público por aqueles que “pagam por ele”. Às camadas beneficiadas pelo programa, não importa muito os ilegalismos praticados por agentes do programa, desde que seus interesses sejam protegidos.

Percebe-se assim, a presença de lados diametralmente opostos afetados por essas políticas de parceria público-privada atuando em questões de segurança pública, que, arbitrariamente, beneficia uns e criminaliza outros. A cidade do Rio de Janeiro, especialmente os bairros de camadas médias e altas, continua, agora, vivendo um novo arranjo arquitetônico, mas, como não se trata de um quadro estático, permanece a constante disputa de manutenção dos interesses do grupo que se acha digno de ter acesso livre a ela.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme as referências aqui apresentadas tentaram apresentar, o problema de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro tem aspectos globais, não seguindo apenas uma dinâmica de disputa simbólica localizada no seio da cidade. Apesar desta justificar a adoção de medidas a resguardar a lei e a ordem pública, a partir da implementação de um paulatino processo de militarização, há quem lucre financeiramente com a manutenção dessa lógica empresarial aplicada à gestão de segurança, seja a partir de consultoria importada, baseada em outros modelos de policiamento e de guerra ao redor do mundo, seja por janelas de oportunidade que as rupturas e novas configurações urbanas criam.

Os dispositivos de fechamento de logradouros públicos foram um dos primeiros germes indicadores de uma classe disposta a ter iniciativa e pagar para definir pequenas áreas consideradas suas por direito. Atualmente, visto que, de acordo com a Prefeitura do Rio, o pedido de fechamento deve conter assinaturas de 75% dos proprietários dos imóveis atingidos pelo fechamento (RIO DE JANEIRO, 2023), já estabelecido um protocolo que permite instalações de dispositivos operados por agentes de empresas de segurança privada e mantidos pelos peticionários. Cabe à Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-Rio) verificar se o projeto não prejudicará o tráfego da região, preocupada apenas com o aspecto técnico e funcional do projeto apresentado.

Apesar de muitos dessas guaritas estarem em áreas que contam com a presença de programas como o Segurança Presente, como a cidade tem passado por reconfigurações ao longo de décadas, não se pode garantir que tais programas serão mantidos indefinidamente, fora que os dispositivos nessa escala menor, garante maior controle situacional e constante sensação de segurança.

Acredito que os conceitos sociológicos mobilizados na primeira seção do trabalho contribuem para compreender como desvio e estigma são acionados de modo a configurar e manter a constante presença de um “inimigo urbano” capaz de mobilizar questões de segurança e ordem públicas e colaborar para negociações que envolvem colossais quantidades de dinheiro e grande influência política.

Também é possível perceber o papel que a mídia sempre teve na conformação de debates sobre segurança pública e, uma vez que não são órgãos públicos, atendem interesses de grupos particulares que buscam (e têm sucesso) em pautar narrativas sobre violência e segurança pública.

Por fim, há de se considerar que a agenda de debates sobre segurança pública nas grandes cidades do Brasil e do mundo terá sempre muita complexidade e densidade analítica, afinal de contas, ao longo das últimas quatro décadas, a cidade do Rio de Janeiro se solidificou como uma das cidades-laboratório de práticas e operações de controle urbano do mundo globalizado.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GRAHAM, Stephen. **Cities Under Siege: The New Military Urbanism**. Londres: Verso, 2010.

HIRATA, Daniel Velloso; GRILLO, Carolina Christoph; TELLES, Vera da Silva. Guerra urbana e expansão dos mercados no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 38, n. 111, pp. 1-17, 2023.

LEITE, Márcia Pereira. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 44, n.15, pp. 43–90, 2000.

LEITE, Márcia Pereira. “Da ‘metáfora de guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e política de segurança pública no Rio de Janeiro”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, vol. 6, n. 2, pp. 374-389, 2012.

LEITE, Márcia Pereira; SANTANA, José Amílcar de Castro. (2024). Monitoramento, controle e resistências dos pobres urbanos. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 19 n. 1, 2024.

MINHOTO, Laurindo Dias; CAMARGOS, Pedro Almeida Pires; SANTOS, Eduardo Altheman C. Militarização, milicianização e gestão do crime na cidade neoliberal. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 61, set/dez, 2024.

POLYCARPO, Clara. “‘Segurança é um dever de todos’: Representações coletivas e novas redes de políticas de segurança pós-pacificação no Rio de Janeiro”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, vol. 13, n. 1, pp. 114-139, 2019.

POLYCARPO, Clara. De ‘cartão-postal’ a ‘área de risco’: A (re)produção de Copacabana em meio a novas disputas e territorialidades. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.14. n.2 mai/ago, pp. 441-463, 2021.

POLYCARPO, Clara. Negociação e construção de políticas na cidade: redes de política e controle urbano por meio das mídias digitais. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.17. n.3, 2024.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 43.038 de 18 de abril de 2017, alterado pelo Decreto nº 52.861 de 17 de julho de 2023.